



CRISE DO CAPITALISMO, CONTRARREFORMA DO ESTADO E TRABALHO

DOCENTE: intensidade, intensificação e precarização

Emmanoel Lima Ferreira¹

Kátia Regina Rodrigues Lima²

RESUMO:

O artigo aborda a relação crise do capitalismo, Estado e trabalho docente. Resultado de pesquisa bibliográfica referenciada em Bosi (2011), Leda (2006), Mancebo (2011), etc. Conclui que: o capitalismo buscando superar sua crise, implementa a desregulamentação do trabalho, as privatizações, dentre outras, e impõe novo arcabouço jurídico, político e institucional consoante com a agenda monetarista; o trabalho docente não escapa à lógica do processo de precarização que se manifesta em sua forma jurídica (contrato de trabalho) mas também na intensificação do trabalho, na flexibilização e retirada de direitos, e mediante a efetivação de uma concepção produtivista.

Palavras-chave: Crise do Capitalismo; Estado; Trabalho Docente.

ABSTRACT:

This paper examines the relation capitalism of crisis, state and teaching work. It is a result of literature research referred in Bosi (2011), Leda (2006), Mancebo (2011), etc. It concludes that capitalism, seeking to overcome its crisis, implements the deregulation of labor, privatization, among others, and imposes new legal, political and institutional framework according to the monetarist schedule, the teaching does not escape the logic of the process of precariousness that is manifested in its legal form (employment contract) but also in the intensification of work, relaxation and withdrawal rights, and upon the execution of a productivist conception.

Keywords: Capitalism of Crisis; State; Teaching Work.

¹ Doutor. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) . E-mail: emmanoellima@yahoo.com.br

² Doutora. Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: kareli20042004@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na economia capitalista e no mundo do trabalho a partir dos anos 1970, reconfiguraram o regime de trabalho introduzindo novas formas de contratação (terceirização, subcontratação etc.) e exigindo novo perfil de trabalhador. Essas mudanças trouxeram rebatimentos para a educação superior e para o trabalho docente.

Os estudos sobre trabalho docente tem se evidenciado nas últimas décadas em virtude das reformas educacionais implementadas a partir da contrarreforma do Estado nos anos 1990, no Brasil.

Este artigo pretende analisar a relação entre crise do capitalismo, contrarreforma do Estado e trabalho docente tendo como foco os processos de intensificação e precarização dessa atividade.

1. CRISE DO CAPITALISMO, CONTRARREFORMA DO ESTADO E TRABALHO DOCENTE: INTENSIDADE, INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

A crise que irrompeu em 2007-2008 levando o sistema financeiro a polvorosa com a quebra do Lehman Brothers não caiu como um raio num dia de céu azul. Tem seus antecedentes nas décadas de 1960 e 1970 que pôs fim ao que ficou conhecido como os “anos de ouro” do capitalismo, (altas taxas de crescimento, de investimento e baixa inflação), que durou do final dos anos 1940 até a década de 1970.

Diversos fatores foram responsáveis pelo fim da prosperidade do “anos dourados” dentre eles destacamos: a competição econômica entre as potências centrais que era retomada com o soerguimento das economias japonesa e alemã; os dois choques do petróleo (1973 e 1979); a queda da taxa de lucros e de investimentos somados à luta antiimperialista (Vietnã, Argélia, luta anticolonialista na África); as greves com ocupações de fábrica na Europa no final da década de 1960; a luta no interior dos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã. Estes fatores e a estagflação (estagnação com inflação) acenderam o sinal vermelho de que os anos de ouro tinham se encerrado para a burguesia internacional. Os governos de Reagan, nos Estados Unidos, e de Thatcher, na Inglaterra, desataram uma contra-ofensiva que passou a ser conhecida como neoliberalismo.



Para tentar recompor a taxa de lucro foi preconizado como um mantra a necessidade da desregulamentação do trabalho, a abertura comercial, a liberalização dos fluxos de capitais, as privatizações com o suposto fito de relançar a economia mundial numa senda de prosperidade. Para alcançar tal caminho bastaria que a economia mundial e principalmente a latino-americana se desvencilhasse dos controles existentes, a partir dos acordos de Bretton Woods, e deixasse o mercado agir sem peias que o crescimento econômico e a distribuição de renda seriam alcançados. Não podemos esquecer de que a “mão-invisível” como regulador não pode prescindir da mão visível do Estado para impor legislações draconianas visando plasmar um novo arcabouço jurídico, político e institucional consoante com a agenda monetarista que tinha como metas principais a flexibilização, ou seja, desregulamentar a força de trabalho; a redução do déficit público; controle da inflação e equilíbrio orçamentário em vez de pleno emprego e distribuição de renda, políticas vinculadas ao keynesianismo e ao Estado do Bem-Estar Social nos países desenvolvidos; e nos países periféricos a meta não deveria ser mais a intervenção do Estado para levar a cabo a industrialização, exorcizada como populismo econômico e responsável por criar um processo inflacionário.

Não foram elementos da economia do mercado, mas a guerra travada contra os sindicatos que pavimentaram o caminho para o neoliberalismo³. Os postulados do neoliberalismo foram consubstanciados no Consenso de Washington (1989) e seu famoso decálogo. Tais postulados irão se tornar políticas públicas que serão implementadas pelos sucessivos governos na América Latina, a partir da década de 1990.

O marxismo foi esconjurado assim como as políticas keynesianas e desenvolvimentistas tidas como relíquias, como a roca de fiar que a economia de mercado teria suplantado de vez, relegando-as para o lixo da história. Daí o otimismo panglossiano na capacidade do capitalismo e do livre fluxo de capitais especulativos ter desenvolvido um antídoto contra as crises, impedindo a re-edição de crises como a depressão de 1929.

³ Thatcher travou duas guerras: uma contra a Argentina (Guerra das Malvinas) que lhe granjeou forte popularidade e a guerra perpetrada contra os mineiros ingleses. Reagan deslançou uma nova guerra fria, que pôs fim a distensão estabelecida por Carter na chamada Guerra Fria com o objetivo claro de estrangular a economia soviética; e no plano interno, implementou dura repressão contra os aeronautas para demonstrar que não mediria esforços para a consecução de sua política. Fernando Henrique, da mesma forma, agiu com extrema truculência diante da greve dos petroleiros, em seu primeiro mandato, para demonstrar que levava a sério a agenda neoliberal.



Mas o capitalismo como dizia Marx é a contradição em processo. Um capitalismo livre de crises é um construto de ideólogos que cedo ou tarde teriam que se deparar com a realidade de um capitalismo desregulamentado e seu moinho satânico, parafraseando Karl Polany.

A crise de 2007-2008 difere das crises anteriores porque o capitalismo se transformou num regime mundial completo. Segundo Costa (2012), na crise de 1929, por exemplo, o capitalismo só era completo na esfera da circulação, no comércio mundial e na exportação de capitais. A “globalização” aprofundou e acelerou a transferência de plantas industriais para a periferia, o mercado financeiro está conectado às praças financeiras do mundo todo por meio da internet.

A crise⁴ atual é uma crise sistêmica⁵ e não uma simples crise bancária, comercial ou coisa que o valha. Nosso entendimento é que não é uma simples crise de crédito ou de superprodução de mercadorias, mas uma crise que atinge todos os setores da sociedade, ou seja, não é apenas uma crise cíclica, mas uma crise muito mais abrangente em que trilhões de dólares injetados na economia não a debelaram⁶. Não esqueçamos um elemento fundamental, a crise atual é distinta das crises anteriores, da crise mexicana de 1994, da crise asiática de 2007, da crise russa de 1998, da brasileira de 1999 e da argentina de 2001, por se localizar no coração da economia internacional — os Estados Unidos, a Europa e o Japão — e pelo processo de financeirização da economia estar bem mais avançado.

Concordamos com Costa (2012) que analisa que a crise norte-americana concentra todas as contradições da economia e da crise capitalista. A saída apontada pelos organismos internacionais é aprofundar o ataque aos direitos sociais com o eufemismo de austeridade e aprofundar a precarização do trabalho.

A precarização do trabalho não é um fenômeno novo no capitalismo. Mas assume proporções inauditas após a crise do Estado do Bem Estar e do ataque que este

⁴ A crise aqui deve ser entendida como a explosão das contradições do capitalismo, vale dizer, entre a produção cada vez mais social e a apropriação cada vez mais privada, entre as forças produtivas e as relações de produção, entre o caráter cada vez mais internacionalizado da economia e os estados nacionais, entre o planejamento feito no interior dos grandes conglomerados econômicos e a anarquia que campeia no mercado.

⁵ Não é a toa que volta e meia ela é comparada à crise de 1929, que deslocou o centro de poder da Europa para os Estados Unidos, enterrou de vez a hegemonia britânica e desencadeou a Segunda Guerra Mundial, que foi uma tentativa das burguesias dos países centrais de tentar resolver no plano militar a disputa imperialista entre as grandes potências.

⁶ Maior demonstração disso é a recessão na zona do euro, o crescimento anêmico da economia dos Estados Unidos e a diminuição do crescimento da economia chinesa e a recessão no Japão.



sofreu dos sucessivos governos neoliberais pondo fim a busca do pleno emprego vigente nas políticas do Welfare State.

A precarização assumiu tais proporções que Bourdieu considerou que a precariedade é a problemática por excelência no século XX, consoante Kalleberg (2010). O mesmo autor também assevera que para o sociólogo Ulrich Beck há uma nova sociedade do risco e que esse fenômeno é descrito pelo sociólogo alemão como um abraqueiramento do Ocidente. Para Kalleberg (2010, p. 48)

O crescimento do trabalho precário emerge como o centro das preocupações contemporâneas nos Estados Unidos e em todo o mundo desde os anos 1970. Por “trabalho precário”, entendo a relação de emprego incerta, imprevisível, e na qual os riscos vinculados a ele pesam mais sobre os trabalhadores que sobre os empregadores ou o governo. São exemplos de trabalho precário atividades no setor informal e o trabalho temporário no setor formal. O trabalho precário não é algo novo: existe desde os primórdios do trabalho assalariado. Contudo, certas forças sociais, políticas e econômicas que operam há décadas têm tornado o trabalho cada vez mais precário — tanto nos Estados Unidos como no mundo.

Bosi (2011) também identifica nos anos 1970, com a crise do capitalismo, a extensão e o aprofundamento do trabalho precarizado. O autor em tela assevera que, para recuperar as taxas de lucros o capital se direcionou para o mercado financeiro gerando o mercado especulativo com as proporções descomunais que conhecemos hoje. Outra via escolhida para tentar superar a crise foi a reestruturação produtiva que visava aumentar os lucros baixando os custos por meio de novas tecnologias, intensificado o trabalho e subtraindo direitos trabalhistas.

A voracidade do Capital para abocanhar novas áreas para extrair lucros transformando em mercadorias diversos serviços antes ofertados pelo Estado representou uma amplificação da precarização do trabalho pela modificação das relações de trabalho existentes anteriormente flexibilizando-o e tornando os trabalhadores mais vulneráveis às flutuações do mercado.

A contrarreforma do Estado brasileiro visava também tornar instável a condições de trabalho dos funcionários preconizando que a competição e a instabilidade são positivas para melhorar a eficiência dos serviços. O projeto de Bresser Pereira, no Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), no governo Fernando Henrique, era deixar poucas áreas nas mãos do Estado criando o neologismo do “serviço público não estatal” para designar setores que seriam privatizados ou funcionariam sob a ótica do mercado e a abertura da competição entre empresas públicas e estatais por recursos públicos. Para tal desiderato era imprescindível “reformular” a legislação



pertinente no tocante à relação entre o trabalho e o capital existente fazendo o pêndulo da balança pender favoravelmente para o capital.

Bosi (2011) vê uma nítida relação entre o aumento da precarização do trabalho, que tem sua gênese na década de 1970, com o ataque que os sindicatos e o movimento operário e popular passaram a sofrer no plano internacional.

De fato o trabalho passou, mais visivelmente a partir da década de 1970, a sofrer forte desregulamentação que redundou na perda de direitos sociais conquistados ao longo da primeira metade do século XX. São fartos os estudos que evidenciam o aumento, desde a década de 1970, em todo o planeta, de formas de trabalho precarizadas, temporárias, sub-contratadas e clandestinas, vulgarmente reunidas sob o conceito de trabalho informal. Mais recentemente, no final da década de 1990, os índices que mensuram essa realidade explodiram, registrando que 35% da chamada população economicamente ativa são ocupadas “precaricamente”, isto é, sem contrato de trabalho e sem direitos sociais. (...) Estimativas mais recentes da OIT sobre o ano de 2008 (WTO & ILO, 2009, p. 27) apontam que os trabalhadores em situação de informalidade compreendem mais da metade da força de trabalho na América Latina e África e quase 80% na Ásia Subsariana (o recorde ficou por conta da Índia que registrou 93,2%). Mesmo em economias localizadas no centro do capitalismo, como a norte-americana, a alemã e a francesa, os empregos apresentam-se cada vez mais sob a marca da desregulamentação (RIFKIN, 2004, p.x-xli). No caso brasileiro a posição é de destaque. Além de ter registrado um índice de aumento do desemprego de 1134,2% entre 1975 e 1999 (o vigésimo entre 141 países), a quantidade de trabalhadores assalariados formais declinou de 25,5 milhões no ano de 1989 para 22,3 milhões em 1999 (POCHMANN, 2001, p. 94 e 98). (BOSI, 2011, p. 51-52)

Para Bosi (2011) o fenômeno da precarização do trabalho docente não é circunscrito apenas as faculdades e universidades privadas que tiveram um crescimento exponencial durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique e os dois mandatos de Lula da Silva, mas atinge, em cheio, o trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior nas esferas estaduais, federais e municipais.

Para o historiador os estudos mais tradicionais sobre o tema consideram precárias as formas de trabalho que se pautam por ampla margem de utilização de contratos flexíveis de trabalho (contratos curtos e instáveis) no estabelecimento das formas de remuneração (salário por produtividade individual), por meio de jornada de trabalho (meio período ou por tarefa) e por não se enquadrar nos marcos da legislação trabalhista. Para Bosi tal definição não seria suficiente para dar conta da extensão e profundidade da utilização do trabalho precário por ser meramente descritiva.

O trabalho precarizado dentro dessa concepção tradicional tipifica apenas os contratos sem estabilidade e direitos na atividade docente. Vejamos como o autor analisa tal questão.



(...) Desse modo, estariam circunscritos a esse universo apenas os docentes sem vínculos empregatícios com as Instituições de Ensino Superior, ou seja grande parte dos docentes das Instituições Privadas de Ensino Superior e os docentes temporários (chamados “substitutos”, “conferencistas” ou “colaboradores”) das Instituições de Ensino Superior Públicas (federais, estaduais e municipais). Acredito que essa abordagem que informa uma visão de “precarização do trabalho” bastante reduzida deve-se a uma compreensão não menos restrita de que os impactos da chamada “reestruturação produtiva” sobre os trabalhadores seriam exclusivamente econômicos, o que tem viabilizado uma percepção da “precarização do trabalho” apenas assentada no contrato de trabalho, isto é, em sua forma jurídica. Noutro sentido ainda não verificado devidamente nessas reflexões estariam aspectos do trabalho docente como a intensificação do trabalho, a flexibilização e estagnação de salários, a subtração de direitos sociais (ou sua relativização) e o aumento de produtividade e dos níveis de exigência institucionais, que escapariam à percepção. (BOSI, 2011. p. 53)

Toda organização e regulação do trabalho como foi o fordismo-tylorismo não é simplesmente econômica e administrativa, mas visa formar e conformar a força de trabalho às exigências da reprodução ampliada do capital e também criar uma subjetividade laboral adequada a esses desígnios. Com o trabalho flexível e a acumulação flexível ocorre o mesmo processo. Para esse trabalho é exigido um trabalhador polivalente que possa executar diversas tarefas e adaptável ao mercado extremamente competitivo e internacionalizado, não mais um gorila amestrado do fordismo-taylorismo.

A contrarreforma efetuada no Brasil⁷ seguiu os preceitos do Banco Mundial que nos diversos documentos emanados deste órgão estabelece as linhas mestras da “reforma”⁸. Estas se basearam principalmente na diversificação das fontes de financiamento e diversificação das instituições de ensino superior. O professor universitário passa a ser visto pela ótica da universidade “reformada” como empreendedor e responsável por captar recursos para as instituições de ensino superior⁹ que agora têm que disputar entre si por recursos externos. Isso representa um processo avançado da chamada precarização do trabalho docente e o avanço dessa concepção de empresariamento do ensino superior que é avaliado da seguinte forma:

⁷ A contrarreforma vai na contra mão da herança reformista de Córdoba de 1918 que pleiteava uma autonomia universitária, o governo tripartite e a democratização das instituições de ensino superior. O movimento “reformista” atual pretende tornar a universidade mais heterônoma e dependente de critérios de mercado e seus agentes não foram os estudantes ou tampouco os docentes, mas os governos, as agências multilaterais.

⁸ Esta “reforma” introduzia uma concepção gerencial e empresarial da educação superior e seu escopo era muito abrangente indo desde a formação dos docentes e discentes, currículo, avaliação, concepção de ciência e tecnologia, carreira docente, financiamento, etc.

⁹ A infra-estrutura, os recursos para as pesquisas passam a depender da capacidade dos docentes em arrecadar financiamentos significando a desresponsabilização do Estado no tocante à manutenção da educação superior.



Uma outra faceta dessa realidade de precarização é a perigosa difusão do espírito empreendedor entre docentes, especialmente no ensino superior público, como forma de acrescentar outras fontes de renda ao seu salário e/ou melhorar as condições de trabalho, via pesquisa científica, venda de serviços, consultorias, entre outros mecanismos. (...) É o pragmatismo do mercado invadindo o espaço público (...) (LEDA, 2006, p. 80).

Como vimos essa precarização do trabalho docente assume diversas facetas, mas uma que tem causado efeitos mais deletérios é a intensificação do trabalho dos professores. Vejamos abaixo o que nos diz Mancebo sobre este fenômeno:

Intensificar é exigir mais trabalhos e resultados superiores no mesmo espaço de tempo. Significa, portanto, aumentar a exploração do trabalho. Para o autor, o que está na raiz da noção de intensidade é que “todo a ato de trabalho envolve gasto de energia e, portanto, exige esforço do trabalhador” e, assim considerando, intensidade do trabalho refere-se ao “grau de dispêndio de energia realizado pelos trabalhadores na atividade concreta. (DAL ROSSO apud MANCEBO, 2011, p. 36).

Mancebo (2011) assevera que há duas formas de intensificar o trabalho: por meio da introdução de mudanças técnicas no trabalho e através de mudanças organizativas no processo de trabalho. A autora elenca as formas variadas que assume essa intensificação do trabalho docente¹⁰: realizar atividades que antes eram exercidas por mais pessoas, não reposição do quadro de aposentados; expansão de serviços sem a necessária contratação de mais funcionários; realização de vários serviços ao mesmo tempo, gestão por resultados etc.

A intensificação do trabalho docente, relembra Mancebo (2001), tem sido responsável pelo adoecimento dos docentes, pelo sofrimento físico e emocional causando efeitos deletérios consideráveis na categoria que se vê a volta com um turbilhão de atividades e metas.

CONCLUSÕES

Para tentar sair da crise em que se encontra e recompor a taxa de lucro o sistema capitalista implementa medidas como a abertura comercial, a liberalização dos fluxos de capitais, a desregulamentação do trabalho, as privatizações dentre outras, e impõe novo arcabouço jurídico, político e institucional consoante com a agenda monetarista.

¹⁰ Mancebo (2011) destaca que as tecnologias de informação de comunicação ajudaram sobremaneira esse processo permitindo a extensão da jornada de trabalho, que ela ultrapasse a jornada regular.



A precarização do trabalho, apesar de não ser um fenômeno novo é hiperdimensionada nesse contexto, tornando-se a problemática do século XX. O trabalho docente não escapa à lógica do processo de precarização, que se manifesta nas instituições de ensino superior privadas, de forma mais visível, e nas instituições de ensino superior públicas. A referida precarização se manifesta em sua forma jurídica (contrato de trabalho) mas também na intensificação do trabalho, na flexibilização e retirada de direitos, e mediante a efetivação de uma concepção produtivista.

Não podemos deixar de assinalar o papel estratégico da universidade para o desenvolvimento democrático de um país.¹¹ Convertê-la em mera formadora de mão-de-obra é estiolar sua função, transformando-a numa universidade operacional na qual os professores competem por verbas cada vez mais escassas, onde campeia o produtivismo e onde os docentes se sentem cada vez mais doentes e alienados pela intensificação do trabalho docente e pelo caráter heteronômico da instituição capturada pelo economicismo estreito dos reformadores pró-mercado.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Antônio. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente**: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000). Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.
- COSTA, Edmilson (Org.). A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão – desarticulação monetário – financeira, depressão prolongada e lutas sociais. In:
- KALLEBERG, Arne L. O trabalho precário nos estados Unidos. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LEDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise (Orgs.). **Reforma universitária**: dimensões e perspectivas. Campinas, SP: Editora Alinea, 2006.
- MANCEBO, Deise. Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; MENEGHEL, Stela Maria (Orgs.). **A cultura da universidade pública**. São Paulo: Xamã, 2011.

¹¹ Por ser um *locus* onde se formam novos professores para o ensino básico, de formação de ciência e tecnologia, de debate sobre as questões nacionais e internacionais, da produção de pesquisa básica